

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://lab.bc.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf#page=65>. Acesso em: 13 abr. 2012.

BIBLIOTECA INCLUSIVA: CONSTRUINDO PONTES ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

*Clemilda dos Santos Sousa
Jeriane da Silva Rabelo*

Introdução

Cursar uma universidade é projeto de vida de muitas pessoas. Ter uma profissão e estruturar a vida econômica é um sonho comum, entretanto, para pessoas com deficiência, não é uma tarefa das mais fáceis. Muitas dificuldades se manifestam oriundas das barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e informação. Segundo Pupo e Vicentini (2002, p. 3), “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são ‘barrados’ pela inexistência de uma infraestrutura adequada”. Isso porque as universidades e faculdades ainda não atendem às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. No que se refere às pessoas com deficiência visual, o acesso ao acervo das bibliotecas é um grande problema, porque grande parte desse acervo está impresso em tinta, inviabilizando o seu acesso.

Visando resolver essas questões, o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) criou, em 2009, a Comissão de Acessibilidade¹, que tem como objetivo principal diagnosticar as condições de acessibilidade nas bibliotecas da instituição e propor ações que visassem estimular a criação de uma política inclusiva, que fosse diluída nos serviços e produ-

¹ A Comissão de Acessibilidade fez parte das Comissões Especializadas de Estudo (CEE) criadas pela Biblioteca Universitária da UFC com o objetivo de descentralizar as decisões administrativas, contribuindo para diagnosticar as necessidades de mudanças e solução de problemas técnicos e estruturais do Sistema de Bibliotecas da UFC.



tos oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFC nos diversos *campi* da universidade. Nos primeiros estudos realizados por essa comissão, foram apontados diversos aspectos, dentre eles, a dificuldade que têm os alunos com deficiência visual para realizarem suas leituras, visto que, na ocasião, não havia acervo em Braille² nas bibliotecas da UFC, nem serviços de informação que fizessem a conversão de documentos impressos em tinta para os formatos acessíveis. Diante dessa realidade, foi proposto, pela comissão de acessibilidade do Sistema de Biblioteca, o projeto de *Desenvolvimento de Acervo Acessível*, tendo como público-alvo pessoas com deficiência visual, ação essa em curso atualmente.

Em meados do ano de 2010, foi criada, pela UFC, a Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, formada por uma equipe de trabalho da qual um membro da Comissão de Acessibilidade da Biblioteca Universitária faz parte, representando o Sistema de Bibliotecas. Dentre as atribuições da Secretaria, há uma que apresenta relação direta com a biblioteca; a que se refere à *dimensão pedagógica e ao acesso ao conhecimento e à informação* (UFC, 2012).

A biblioteca é um espaço que proporciona a difusão de informação e permite a produção do conhecimento e sua disseminação. Para os estudantes, é fonte primordial de pesquisa e apoio às ações pedagógicas. No caso das pessoas com deficiência visual, se a biblioteca universitária oferecesse um acervo acessível, facilitaria o processo de aprendizagem e inclusão dos referidos discentes na vida acadêmica, proporcionando, aos seus professores, uma diversidade maior de material bibliográfico nas atividades cotidianas em sala de aula. Além

² Inventado pelo francês Louis Braille, no ano de 1827, em Paris, consiste num sistema de escrita com pontos em relevo que permite às pessoas privadas da visão, a leitura através do tato (HOUAISS, 2009).

disso, a acessibilidade ao acervo das bibliotecas da UFC poderá gerar, ao aluno com deficiência visual e ao seu professor, uma ponte de interação, possibilidades de múltiplas leituras e produção intelectual.

Entretanto, do que se trata um acervo acessível? Segundo a Norma Brasileira (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), no tópico referente à biblioteca e centros de leitura, quando se refere ao acervo, afirma: “Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais”. Isto é, as bibliotecas devem oferecer, aos seus usuários com deficiência visual, material bibliográfico, publicações em formato acessível às condições de leitura desse público.

Nesse estudo, entendemos por acervo acessível o conjunto de publicações – livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, dentre outros materiais informacionais – que são disponibilizados à comunidade acadêmica para suas leituras, com um diferencial: essas publicações devem ser em Braille (importante para leitura e escrita de pessoas cegas, principalmente nos estudos de línguas) ou em arquivos digitais em formato compatível para o uso de leitores de tela tais como: pdf editável, txt ou doc, tendo também a opção por áudio-livros.

Esse tipo de especificação de formato é indispensável à acessibilidade dos usuários com deficiência visual, conjugada a serviços de referência pensados para esse segmento de usuários. Com isso, é possível proporcionar a equiparação de oportunidades nas atividades acadêmicas, no que se refere ao acesso à informação e ao conhecimento.

Na experiência do Sistema de Biblioteca da UFC, o projeto de *Desenvolvimento de Acervo Acessível* é uma resposta à demanda por acesso à informação e ao conhecimento das pessoas com deficiência visual na universidade. No referido



projeto há, dentre outros, o serviço de digitalização de material bibliográfico, que é realizado em parceria com a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. Esse serviço é a principal demanda, no momento, por parte dos usuários com deficiência visual (discentes, servidores da universidade) do Sistema de Bibliotecas da UFC. O objetivo do projeto supracitado é criar uma coleção com material em formato acessível, de natureza científica, exclusivo para esses usuários. A metodologia utilizada, como também a estrutura, é o que constitui o assunto que abordaremos a seguir.

Serviço de Digitalização de Materiais Bibliográficos: Acesso à Informação e ao Conhecimento

Certa vez, a equipe de digitalizadores da Secretaria de Acessibilidade da UFC recebeu um livro para digitalização, em língua italiana. Tratava-se de uma gramática, repleta de exercícios, em que um deles solicitava: "Observe as figuras e descreva os animais". O leitor seria capaz de responder essa pergunta? A que animais o exercício se referia, se fosse só essa a informação visível? Na verdade, a gramática trazia as figuras dos animais, desenhos para que o aluno, ao vê-los, escrevesse os nomes em língua italiana. Para uma pessoa vidente não seria nenhum problema, mas, para uma pessoa cega, como saber de quais figuras tratava o exercício?

Para uma pessoa cega, só seria "visível" essa informação, se a mesma fosse audiodescrita, isto é, ao digitalizar o texto do exercício, as figuras seriam descritas. Dessa forma, o invisível se tornaria visível, e a pessoa com deficiência visual teria condição de responder o exercício. A outra forma seria imprimir o exercício em Braille, caso a pessoa soubesse ler em Braille.

Mas do que se trata a audiodescrição? Para Vieira e Lima (2010, p. 3):

A áudio-descrição é uma técnica de representação dos elementos-chave presentes numa dada imagem que, ao dialogar com os elementos de um texto verbal, pode ser descrita também de forma verbal para formar uma unidade completa de significação. A áudio-descrição pode ser de uma imagem estática como uma pintura no museu, de uma escultura em três dimensões, da gravura bidimensional presente nos livros didáticos; ou de imagens dinâmicas que nada mais são do que um conjunto de imagens estáticas que juntas criam a ilusão de movimento como o que se processa nos filmes de cinema, televisão, peças de teatro, ou vídeos de computador.

A audiodescrição é importante no processo de digitalização porque oferece acesso, para pessoas com deficiência visual, às informações tipográficas contidas no texto, como ilustrações, símbolos, negritos e outras. São fundamentais para a compreensão de conteúdos e, por isso, devem ser mencionadas, visto que não podem ser lidas pelos programas leitores de tela.

Visando a essa compreensão é que a audiodescrição foi inserida no serviço de digitalização de materiais bibliográficos, como fator agregador no processo de transformação de informações visuais em audíveis. Objetivando, em um futuro próximo, a formação de um acervo acessível para as pessoas com deficiência visual, o referido serviço é o que discutiremos a seguir. Conta com uma equipe coordenada por uma bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da UFC e oito digitalizadores (bolsistas de projetos de graduação e iniciação acadêmica da UFC), com suporte técnico da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

A metodologia de trabalho segue os seguintes passos:



- 1) Entrevista de referência, feita por bibliotecário, em que o usuário é identificado e manifesta suas necessidades informacionais, isto é, apresenta sua bibliografia e demais materiais necessários à realização de trabalhos e/ou à elaboração de monografias. Outro aspecto importante se refere à condição de deficiência apresentada pelo solicitante: há que se levar em consideração o fato de o indivíduo ter nascido cego e ou adquirido essa condição depois de adulto. É também importante observar se a pessoa tem deficiência visual total ou apresenta baixa visão³. Todos esses aspectos irão definir o atendimento necessário;
- 2) Cadastramento do discente e assinatura de termo de compromisso pelo mesmo, objetivando informá-lo de que o material digitalizado é de seu uso exclusivo, conforme a Lei nº. 9.610, de 1998, dos direitos autorais (BRASIL, 1998);
- 3) Análise das demandas informacionais dos discentes, pesquisada nas bases de dados, em sites que disponibilizam *e-book*, para saber se as obras solicitadas já estão disponíveis, o que evita a perda de tempo em digitalizar novamente os textos;
- 4) Identificação das obras a serem digitalizadas no acervo da biblioteca. Caso sejam do acervo, analisar as condições de conservação, tais como páginas riscadas, ausência de folhas, dentre outras, que atrapalham o processo de digitalização;
- 5) Digitalização do material, descrição de figuras, gráficos e tabelas, correção gramatical do texto, e formatação do documento final, eliminação de espaços, elaboração de referência bibliográfica;
- 6) Envio do material ao solicitante;

³ Segundo o Decreto nº. 5296, a baixa visão é compreendida como: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

- 7) Catalogação e indexação do material digitalizado no Sistema de Bibliotecas da UFC através do Catálogo *online* da Biblioteca Universitária. Esse material digitalizado só poderá ser acessado pelo usuário com deficiência visual cadastrado, através de senha e login. Essa ação está gerando um acervo *online* de materiais digitalizados de natureza científica.

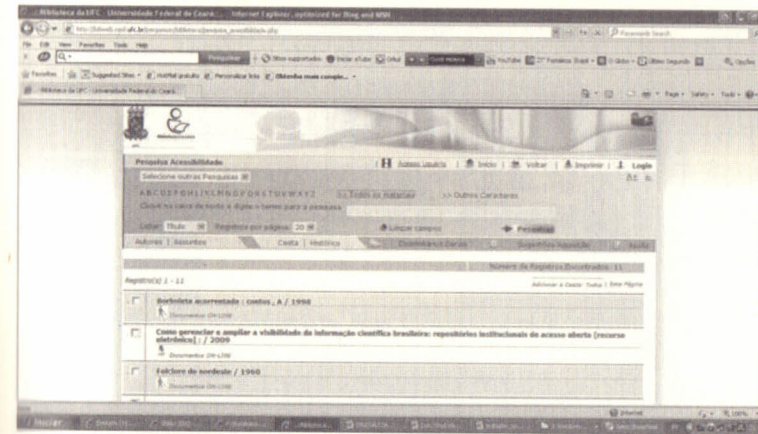


Figura 1 – Página do catálogo *online* da Biblioteca Universitária da UFC onde se acessam as obras digitalizadas

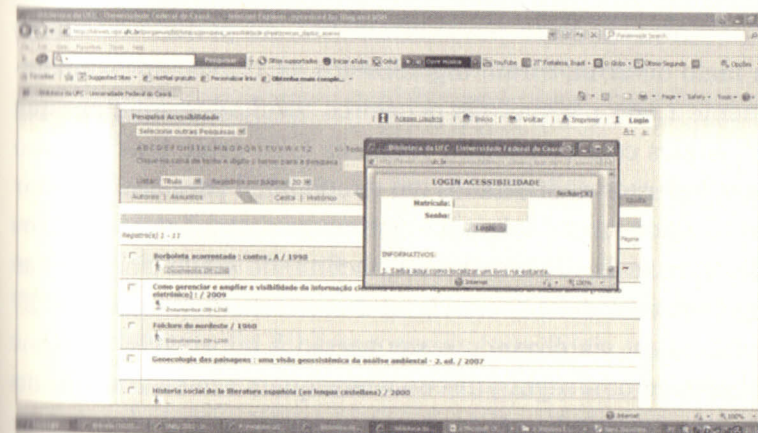


Figura 2 – Página do catálogo *online* da Biblioteca Universitária da UFC com login e senha para acesso às obras digitalizadas

Para ajudar no processo de digitalização, a equipe responsável utiliza o programa ABBY FineReader, que possibilita fazer a digitalização dos materiais bibliográficos em diversos formatos: pdf, doc, txt, além de eliminar figuras, erros de digitalização oriundos de manchas, riscos e incorreções das páginas dos livros.

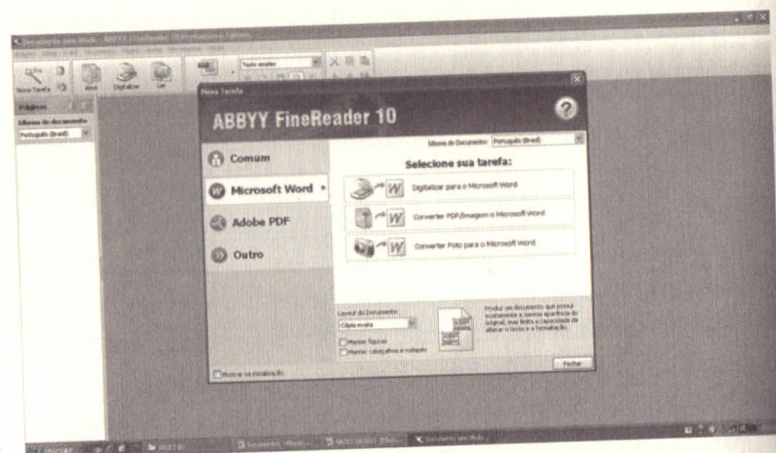


Figura 3 – Tela inicial do programa ABBY FineReader

Através dessa nova ferramenta, no período de março a maio de 2012, foram digitalizados 34 títulos, aproximadamente 1.064 páginas. Os primeiros resultados apontam que os alunos com deficiência visual da UFC estão tendo acesso aos materiais digitalizados em tempo hábil para acompanhar os estudos em sala de aula. Estima-se a ampliação do atendimento realizado atualmente, facilitando assim o acesso das pessoas com deficiência visual a materiais bibliográficos digitalizados, viabilizando o seu acesso à informação e ao conhecimento. A seguir, discutiremos quem são os usuários do serviço de digitalização.

3 Quem são os usuários com deficiência visual do Sistema de Bibliotecas da UFC?

Para aperfeiçoar o serviço de digitalização, e conhecer melhor quem são os usuários com deficiência do Sistema de Bibliotecas da UFC, como também seu nível de satisfação com o serviço, foi elaborado um estudo, através de um questionário semiestruturado, com uma amostra composta inicialmente por seis alunos com deficiência visual da UFC, atendidos pelo serviço de digitalização, dos quais somente quatro se submeteram ao questionário, no segundo semestre de 2011. Na tabela 1, encontramos a caracterização da amostra dos alunos consultados.

Tabela 1 – Caracterização dos alunos com deficiência visual

ALUNO	GÊNERO	IDADE (ANOS)	CURSO	DEFICIÊNCIA
A1	Masculino	24	Computação	Baixa visão
A2	Feminino	24	Mestrado em Psicologia	Visual total
A3	Masculino	22	Biblioteconomia	Baixa visão
A4	Feminino	23	Letras – Italiano	Baixa visão

Temos, como sujeito A1, um discente do curso de Computação, com 24 anos, com baixa visão, do sexo masculino; como A2, um estudante de 24 anos, cursando mestrado em Psicologia, com deficiência visual total, do sexo feminino; A3 é aluno do curso de Biblioteconomia, possui 22 anos, apresenta baixa visão e é do sexo masculino. Por fim, A4 estuda no curso de Letras-Italiano, possui 23 anos, apresenta baixa visão e é do sexo feminino.

Análise dos Dados

Todos os alunos atendidos por esse serviço se mostraram satisfeitos com essa iniciativa, relatando principalmente as diferenças do período anterior a essa ação em comparação com o momento atual. Essa constatação é importante para perceber se o serviço, com a oferta de material digital, atende as expectativas dos discentes.

Segundo Torres, Mazzoni e Alves (2001), o espaço digital apresenta muitas possibilidades. Criado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), oferece, para o atendimento, distintas formas de interação das pessoas com a informação, respeitando as suas preferências e limitações, sejam relacionadas aos equipamentos utilizados, sejam às limitações orgânicas. Nessa perspectiva, o estudo buscou avaliar a satisfação dos alunos com o do serviço de digitalização, visto que este busca oferecer acesso à informação.

Dos alunos consultados, todos apontaram a preferência por material digitalizado, ao invés do Sistema Braille, justificada pela facilidade de manuseio, praticidade e tempo, bem como por não correr o risco de rasgar. Para A1, é essencial a existência de um serviço de digitalização na universidade.

Acho essencial ter um serviço desses na Universidade para pessoas com alguma limitação visual. A digitalização permite uma abrangência de formas de utilização desse material. No meu caso, com o alto contraste, ou no aumento de fonte da forma com que quiser, entre outras que possam haver. A qualidade desse material é muito boa e ajuda bastante nos estudos. Acho que devia ter-se um maior foco nesse trabalho, para que as digitalizações fossem mais rápidas, pois muitos materiais são precisos e muitos alunos o necessitam. Acho que não é lento, pois já solicitei uma digitalização de mais de 100 páginas e, em pouco mais de uma semana, já estavam

prontos (e já deixo aqui meu agradecimento à Secretaria de Acessibilidade e a todos os que dela fazem parte).

O estudante A2 relatou que tem preferência por material digitalizado, porque, quando está no computador, o texto é mais fácil de ser manuseado. Apontou que a escrita em Braille, com reglete⁴, é muito trabalhosa e lenta, além de não constituir uma linguagem acessível à avaliação dos professores. Assim, os trabalhos devem ser entregues digitalizados. Se os textos estão em linguagem virtual, facilitam a produção textual e inclusive o registro de citações, pois não precisamos digitar o que ouvimos (áudio) ou o que lemos no papel (Braille).

O discente A3 apresentou, igualmente, preferência pelo material digitalizado, apesar de utilizar textos eletrônicos como o mp4. Conforme seu relato:

Em vários momentos, tenho que fazer leitura de textos que não são disponibilizados em mídia digital. O acúmulo deste material dá volume e quase sempre está em um tamanho que dificulta muito a leitura, por causa da minha baixa visão. O serviço de digitalização facilita este processo, uma vez que me dá a oportunidade de fazer a leitura deste material em casa ou no trabalho, utilizando os recursos de ampliação do computador e facilitando o seu transporte.

O aluno A4 argumentou a importância do acesso ao material utilizado em sala de aula, porque são avaliados e cobrados da mesma maneira que os alunos sem deficiência. Relatou a preferência de textos digitalizados, porque podem ser

⁴ Reglete é uma placa de metal dobrável, que é encaixada a uma tábua de madeira de aproximadamente 30x20 cm, onde é preso o papel. Ela contém quatro linhas com 27 pequenos retângulos vazados cada. Esses retângulos são chamados de células e, neles, estão os seis pontos do sistema Braille, que são impressos no papel sulfite 40, com um objeto chamado punção" (MARUCH; STEINLE, 2009, p. 9).

levados para onde queira, podem ser lidos quantas vezes for necessário, não se apagam com o tempo e não são pesados.

Os discentes ressaltaram a importância dos materiais digitalizados para o acesso igualitário à universidade. Através desses materiais, a promoção da inclusão é mais efetiva, reduzindo as barreiras existentes entre o estudante com deficiência visual e o conhecimento científico, visto que contribuem no processo de sua formação acadêmica.

A acessibilidade à informação e ao conhecimento, portanto, representa, para os indivíduos com deficiência visual, uma etapa importante rumo à independência, permitindo que participem das atividades cotidianas como agentes ativos na construção de seu conhecimento. Desse modo, nos ambientes universitários, associados à produção e disseminação do conhecimento, é necessário que esse direito seja cumprido em toda sua plenitude.

Até pouco tempo atrás, alunos da UFC com deficiência visual enfrentavam inúmeras dificuldades no seu cotidiano acadêmico para ter acesso a materiais digitalizados. De acordo com os depoimentos dos estudantes, com o advento da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui e o serviço de digitalização do Sistema de Bibliotecas da UFC, no início de 2011, a digitalização de textos solicitados pelos professores em sala de aula constituiu uma conquista, pois tem facilitado bastante a compreensão dos conteúdos ministrados pelos docentes.

Considerações Finais

No livro *Acessibilidade em bibliotecas*, Baptista (2009) ao comentar sobre inclusão, ressalta que as diferenças fazem parte da vida; que nenhuma pessoa é igual a outra e que cada indivíduo demonstra qualidades, defeitos, potencialidades,

surpresas que são infundáveis e imprevisíveis. A diferença se apresenta, portanto, como fator enriquecedor, parte da dinâmica da vida humana e não deveria ser um fator de exclusão nos espaços sociais. Nesse sentido, as bibliotecas, como espaços culturais, sociais, não poderiam deixar de ser inclusivas. As mesmas são espaços de epifania do saber, onde os rios de diversos saberes se encontram, formando um oceano de conhecimento em constante movimento de evaporação e fortes ondas de transformação, codificação e recodificação.

Nesse processo, os movimentos das águas desse oceano são múltiplos. Há diversas formas de navegar, diversas formas de vida: a inclusão é a compreensão do múltiplo como fator produtor de possibilidades. Nesse contexto, compreende-se a acessibilidade em bibliotecas como o entendimento e o movimento de expansão do seu potencial educador. No caso de pessoas com deficiência visual, estas trazem, à biblioteca, uma nova leitura sobre produção e aquisição do conhecimento, novas formas de perceber o mundo e representá-lo.

Onde se encontram, portanto, nos bibliotecários, a ousadia e a humildade de navegar o oceano que a inclusão de pessoas com deficiência pode oferecer à sociedade, trazendo novos horizontes para além das ilhas costumeiras?

É nessa perspectiva que o trabalho do Sistema de Bibliotecas da UFC e da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui se apresenta como um olhar dinâmico sobre as novas ilhas. Criar um acervo acessível para pessoas com deficiência visual é um movimento de navegar em águas desconhecidas, extremamente atraentes, cheias de descobertas gratificantes e reveladoras do poder de superação do ser humano.

É nesse navegar que se constitui o objetivo da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui em promover uma política de acesso ao conhecimento e à informação para pessoas com

deficiência, nesse caso específico, as que têm cegueira. Deve-se institucionalizar essa ação na vida da universidade, tendo o Sistema de Biblioteca como foco, visto que é o equipamento cultural institucional na universidade com a missão de organizar, preservar e disseminar a informação e a produção do conhecimento.

Criar um acervo acessível de natureza científica para as pessoas com deficiência visual, como já dito, é um desafio, visto as dificuldades oriundas do pouco conhecimento sobre o tema na área de Biblioteconomia. Poucos bibliotecários conhecem o tema de forma que os capacite a interferir e criar soluções que venham atender os usuários com deficiência visual.

Portanto, o serviço de digitalização de material bibliográfico não é uma atividade-fim, mas um meio, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de um acervo que contemple as necessidades de informação das pessoas com deficiência visual, possibilitando a criação de pontes entre elas e o conhecimento, mediando-se essa relação, intercedendo no navegar entre uma ilha e outra, entre os mares, os continentes. Avançando mar adentro, descobrindo ignorados horizontes, escondidos pela ilusória ideia de ver apenas com os olhos, equivocando-se que ver, enxergar está para além do visível, passa pelo cheiro, pelo toque, pelo sentir, pelo perceber-se humano, capaz de superação, de recriar o mundo, as ideias e a si mesmo, o que dirá as instituições e suas políticas.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BAPTISTA, M. I. S. D. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. São Paulo: Unicamp, 2006. p. 13-16.

BRASIL. Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Regulamenta as leis nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 14 maio 2010.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. *Altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 02 out. 2012.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa 2009.3*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. da M. A acessibilidade à informação no espaço digital. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002.

MARUCH, M. A. S.; STEINLE, M. C. B. *O aluno cego e seu processo de alfabetização e letramento*. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2348-8.pdf?PHPSESSID=2010011108145452>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. *A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais*. 2002. Disponível em: <<file:///c:/netscape/anais/trabalho/comun/aintegra.htm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

UFC. *Conceito de acessibilidade*. Disponível em: <link <http://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade>>.

Acesso em: 29 out. 2012.

VIEIRA, P. A. de M.; LIMA, F. J. de. A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático. *Revista Brasileira de Tradução Visual*, v. 2, p. 3, 2010.

O SERVIÇO DE LEDORES NA SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Furtado Alencar Lima
Carla Poennia Gadelha Soares

Refletindo sobre a Ação e a Extensão do Projeto

Neste artigo, relatamos as experiências vivenciadas durante a execução do Projeto de Extensão realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) por meio da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. O projeto intitulado *Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência visual de universidades públicas do município de Fortaleza* realizou-se no período de 3 de maio a 23 de novembro de 2011, sob a coordenação da professora Beatriz Furtado Alencar Lima e apresentou como objetivo, em linhas gerais, oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência visual matriculados em universidades públicas de Fortaleza – UFC e Universidade Estadual do Ceará (UECE) – por meio do serviço de leitura de textos.

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, com o intuito de possibilitar o acesso à leitura de materiais em tinta ao público mencionado, está desenvolvendo um sólido trabalho de digitalização de textos sob a coordenação da bibliotecária Clemilda dos Santos Sousa. Assim, o intuito de nosso projeto foi oferecer mais um serviço que pudesse ajudar no acesso aos textos com os quais os alunos devem travar contato em suas atividades acadêmicas.

Nesse sentido, é importante reforçar que a ideia que nos orientou, ao propormos esse projeto, foi a de ampliar o leque de possibilidades dos estudantes em suas práticas de letra-

